



CODEMA

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Criado pela Lei Municipal 880, de 28/12/00, alterada pela lei 1079, de 09/10/09 e 1190, de 14/02/13

Esta norma foi publicada no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Taiobéiras no dia 15/09/22, nos termos do Art. 115 da Lei Orgânica do Município.
Taiobéiras, 15/09/22.

PRICILA DE SÁ SANTOS
Secretária Executiva do NAE -

RESOLUÇÃO CODEMA Nº 040/2022, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

EMITE PARECER FAVORÁVEL A EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA URBANA.

O PRESIDENTE DO CODEMA, no uso de suas atribuições legais definidas pelo **Art. 2º**, Inciso XVII da Lei nº 880, de 28 de dezembro de 2000, que cria o CODEMA e

CONSIDERANDO que a Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, órgão técnico de meio ambiente do Município, submeteu à apreciação e deliberação deste conselho, através do processo DvMA-042/22 o pedido de **intervenção ambiental na zona urbana com a supressão de oito árvores**, localizada no final da Rua Tóquio, próximo a barragem, subscrito por Prefeitura Municipal de Taiobéiras.

CONSIDERANDO que o CODEMA apreciou a documentação acostada aos autos do Processo DvMA-042/22, dentre elas, o Relatório Fotográfico de Vistoria Ambiental de DAIA-U, subscrito pelo Engenheiro Florestal Ítalo Favoreto Campanharo, como resultado da vistoria realizada *in loco*.

CONSIDERANDO que o CODEMA, após apreciar o conteúdo do referido relatório deliberou, na sessão de 14/09/2022, favoravelmente ao pedido de intervenção ambiental.

CONSIDERANDO, finalmente, que o §1º do art. 12 do Regimento Interno do **CODEMA** determina que decisões relevantes tomadas pelo conselho deverão ser publicadas por resolução.

RESOLVE

Art. 1º. Deliberar favoravelmente pela expedição do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental Urbana DAIA-U, objetivando à supressão 08 (duas) árvores da espécie *Pachira aquatica*, popularmente conhecida como monguba.

Parágrafo único. Fica condicionada à supressão o plantio de mudas na mesma calçada, prazo de 30 dias após a supressão.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê ciência e publique-se.

Taiobéiras/MG, 15 de setembro de 2022.

CARLOS ALBERTO ANTUNES FILHO
Presidente

JAMYLLE DE OLIVEIRA E LUCAS
Secretária